



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **\*PROJETO DE LEI N.º 4.926, DE 2020** **(Do Sr. Célio Studart)**

Estabelece indenização e assegura pensão por morte de dependentes de brigadistas, chefes de esquadrão e chefes de brigada do PREVFOGO/IBAMA.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;

SAÚDE;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(\*) Atualizado em 04/04/2023 em virtude de novo despacho.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Aos dependentes de brigadistas, chefes de esquadrão e chefes de brigada do PREVFOGO/IBAMA, será instituída indenização no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo único. À indenização prevista neste artigo não incidirá o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 77. ....

§ 2º - C. Aos cônjuges ou companheiros de brigadistas, chefes de esquadrão e chefes de brigada do PREVFOGO/IBAMA, não serão aplicadas as regras arroladas no inciso V do § 2º.”

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei correrá à conta do programa orçamentário "Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Na linha de frente do combate aos incêndios que assolam nossas florestas e salvando vidas de humanos e animais, os brigadistas têm um papel fundamental na preservação dos ecossistemas.

Porém, para continuar trabalhando durante a crise, é necessário que façam grandes sacrifícios, além de se expor ao risco de serem queimados pelo calor e intoxicados pela fumaça, os brigadistas deixam o isolamento social e se afastam das famílias por dias.

No dia 1º de setembro de 2020, o sr. Welington Fernando Peres Silva, de 41 anos, brigadista do ICMBio que morreu no dia 1º de setembro de 2020 após ter 80% do corpo queimado enquanto tentava salvar animais do incêndio que atingia o município de Chapadão do Céu, no sudoeste de Goiás.

De acordo com relato de colega de trabalho, o brigadista era uma pessoa exemplar, que lutava diariamente para defender os animais e o meio ambiente, confira-se<sup>1</sup>:

Ele podia se ‘acovardar’, mas não, ele estava lá querendo acabar com aquele fogo para parar de queimar os animais e a nossa natureza. Ele me ensinou a como dar mais atenção para as pessoas. Eu agradeço muito de ter conhecido essa pessoa e dele ter dado essa oportunidade de poder trabalhar em prol da natureza assim como ele também fazia.

---

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/09/03/brigadista-que-morreu-apos-ter-80percent-do-corpo-queimado-tentava-salvar-animais-de-incendio-diz-colega-guerreiro.ghtml>

Situação semelhante ocorreu no dia 21 de setembro de 2020 no município de Lapinha da Serra/MG, após mais de 24h de procura os bombeiros encontraram o corpo Sr. Belisário, voluntário que ajudava no combate às chamas de um incêndio que tomou conta de uma extensa área entre o pico da Lapinha e do Breu<sup>2</sup>.

Infelizmente, não faltam evidências de que a devastação ambiental em escala mundial já está causando sérios impactos ao planeta, apenas nestes nove meses de 2020 o Brasil passou por recordes de temperatura, desastres ambientais causados por queimadas no pantanal e na Amazônia, secas, inundações e até mesmo risco de nuvens de gafanhotos, todos causados por fatores relacionados a mudanças climáticas.

Além disso, essas mudanças estão causando extinção acelerada de espécies, derretimento de calotas polares, secas e queimadas cada vez mais frequentes e intensas. Fatos dos quais detona-se que situações como as narradas tornar-se-ão cada vez mais frequentes, exigindo uma atenção do Estado.

Apesar disso, eles em condições precárias recebendo remuneração de um salário mínimo, com jornadas de até 12h diárias e contratos temporários de seis meses. Tais fatos constam em matéria do sítio Uol, que traz mais detalhes<sup>3</sup>:

O salário de um brigadista é o mínimo nacional, de R\$ 1,045 mil. O servidor do Prevfogo, que pediu para não ter o nome divulgado, disse que os vencimentos podem chegar a R\$ 1,5 mil mensais se for incluído o auxílio-alimentação. Com o desemprego agravado pela pandemia do novo coronavírus, acaba sendo uma opção para muitos trabalhadores, diz o servidor. O salário do chefe de brigada gira em torno dos R\$ 2 mil; o de supervisor, que demanda curso superior, é de R\$ 4,1 mil.

Portanto, tendo em vista os argumentos expostos, a aprovação deste projeto é apenas um pequeno passo em direção ao reconhecimento da luta e sacrifício dos brigadistas, que arriscam a vida ao proteger o meio ambiente.

Por todo o exposto, requer-se a aprovação pelos Nobres Pares deste Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2020.

**Dep. Célio Studart**  
**PV/CE**

---

<sup>2</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/22/interna\\_gerais,1187781/funcionario-da-prefeitura-desaparecido-em-lapinha-da-serra-e-encontrad.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/22/interna_gerais,1187781/funcionario-da-prefeitura-desaparecido-em-lapinha-da-serra-e-encontrad.shtml)

<sup>3</sup> <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/10/12/incendio-pantanal-brigadistas-combate.htm>

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991**

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da  
 Previdência Social e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....  
**TÍTULO III**  
**DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
 .....

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRESTAÇÕES EM GERAL**  
 .....

**Seção V**  
**Dos Benefícios**  
 .....

**Subseção VIII**  
**Da Pensão por Morte**  
 .....

Art. 77. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

§ 2º O direito à percepção da cota individual cessará: [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 13.846, de 18/6/2019\)\*](#)

I - pela morte do pensionista;

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar vinte e um anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 13.183, de 4/11/2015, em vigor em 3/1/2016\)\*](#)

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015\)\*](#)

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pelo afastamento da deficiência, nos termos do regulamento; [\*\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 664, de 30/12/2014, publicada em Edição Extra do DOU de 30/12/2014, em vigor no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data de publicação, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015\) \(Para vigência, vide art. 6º, I e II, da Lei 13.135, de 17/6/2015\)\*](#)

V - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "b" e "c";

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

- 1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
- 2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
- 3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
- 4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
- 5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
- 6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade. [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015\)\*](#)

VI - pela perda do direito, na forma do § 1º do art. 74 desta Lei. [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.846, de 18/6/2019\)\*](#)

§ 2º-A. Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea "a" ou os prazos previstos na alínea "c", ambas do inciso V do § 2º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015\)\*](#)

§ 2º-B. Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "c" do inciso V do § 2º, em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015\)\*](#)

§ 3º Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extinguir-se-á. [\*\(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/1995\)\*](#)

§ 4º [\*\(Revogado pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015\)\*](#)

§ 5º O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso V do § 2º. [\*\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 664, de 30/12/2014, publicada em Edição Extra do DOU de 30/12/2014, em vigor no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data de publicação convertida e com redação dada pela Lei nº 13.135, de 17/6/2015\)\*](#)

§ 6º O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.183, de 4/11/2015\)\*](#)

§ 7º Se houver fundados indícios de autoria, coautoria ou participação de dependente, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis, em homicídio, ou em tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, será possível a suspensão provisória de sua parte no benefício de pensão por morte, mediante processo administrativo próprio, respeitados a ampla defesa e o contraditório, e serão devidas, em caso de absolvição,

todas as parcelas corrigidas desde a data da suspensão, bem como a reativação imediata do benefício. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.846, de 18/6/2019)

Art. 78. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma desta Subseção.

§ 1º Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------